

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 05/2023

Sessão Ordinária Realizada no dia 21 de dezembro de 2023

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – *Idalina Lopes*.

Substituições

Patricia Alexandra Ferreira Batista (*substituída por Lidia Martins Ribas*); Tânia Cristina Pires Leal (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); José António Inácio Nunes (*substituído por Manuel Augusto Nabais*); Junta de Freguesia das Quintas de S. Bartolomeu (*representada pelo tesoureiro: José Bogas D'Almeida*); União de Freguesias de St. Estevão e Moita (*representada pelo secretário: Artur Ladeira*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Fóios teve que se ausentar durante a sessão, por motivos urgentes e justificados.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Ponto 1 - Discussão e votação: Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 29-09-2023

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva ata, com a inclusão da declaração de voto em falta. Não participaram na votação os Membros da Assembleia ausentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Intervieram os seguintes membros:

O Sr. José Escada referiu que num dos pontos, havia sido identificada o partido do Sr. João Manata como sendo do CDS-PP.

Ponto 2 - Expediente

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à leitura do expediente e informou os membros que a Assembleia Municipal de abril se iria realizar, em princípio, no dia 24 de abril, na sequência das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, havendo ainda que acertar agendas em função da participação de alunos do Agrupamento de Escolas do Sabugal.

O Sr. João Manso referiu que o grupo municipal do PS já havia apresentado uma proposta nesse sentido, no entanto, congratula a iniciativa, enfatizando que o grupo municipal que representa irá colaborar no que for necessário.

O Sr. João Manata congratulou-se por ser a primeira vez que a Assembleia Municipal do Sabugal, ao longo de 50 anos, comemore o 25 de abril.

O Sr. José Escada disse ser uma excelente iniciativa, e questionou o Sr. Presidente da Assembleia se a decisão não deveria ser discutida na Comissão Permanente.

O Sr. Presidente da Assembleia, em resposta, ressaltou que o importante é que as duas instituições (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) estejam de acordo e participem na organização das comemorações.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal disse que o grupo municipal do PSD estará de acordo com aquilo que a Câmara e a Assembleia vierem a decidir.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que procurará apresentar um programa que dignifique os 50 anos do 25 de abril.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes, valorizou os grandes eventos feitos no concelho do Sabugal, ressaltando que é importante haver retorno. Por fim, parabenizou os responsáveis pelos eventos pagos, e que espera que o Presépio, em 2024, seja pago.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira manifestou o desagrado pelo incumprimento da Câmara no que toca às alíneas não aceites pela Junta na transferência de competências, o que leva ao descontentamento dos fregueses e questionou o Sr. Presidente da Câmara se há alguma informação sobre possível resolução ou não para os estragos causados pelas obras de requalificação da linha férrea.

O Sr. António Gata questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto da situação dos trabalhos da ligação Sabugal-Guarda e do porto seco da Guarda.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte, António Simões, pediu que fossem tomadas medidas devido à inação da A. H. dos Bombeiros Voluntários do Soito.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, perguntou qual o problema dos postos de carregamento de veículos elétricos no Soito, uma vez que não funcionam e lamentou que aquando da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, a Câmara não esteja a cumprir com as suas obrigações.

A Sr.^a Carina Fernandes questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as grandes obras em curso no Município no que diz respeito à continuidade do seu financiamento, tendo em conta a transição do PDR2020 para o PDR2030.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, abordou o prémio recebido por Sortelha pela Organização Mundial do Turismo por ser a melhor Aldeia Turística, cuja intervenção completa consta no anexo 1.

Pelo Grupo Municipal do PS

A Sr.^a Marisa Martins questionou o Sr. Presidente se a Câmara Municipal é cliente do laboratório do distrito de Bragança investigado por alegadas análises de água falsificadas, e se é que diligências foram tomadas.

O Sr. José Pires Manso perguntou ao Sr. Presidente da Câmara em que situação está o Município do Sabugal em relação ao Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro; se a CMS pensa aderir; ou o que pensa a CMS sobre este assunto

tão importante para assegurar a sustentabilidade futura do nosso concelho, do nosso país, da Europa e do Mundo, cujo teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 2 à presente ata.

A Sr.^a Silvina Silva abordou a intervenção do Sr. António Serra da Assembleia Municipal de setembro sobre a concentração de alguns cidadãos sabugalenses junto ao Centro de Saúde e referiu os valores que o governo disponibiliza para requalificar a extensão de saúde do Soito e do Centro de Saúde do Sabugal, e cujo teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 3 à presente ata.

O Sr. Filipe Nunes parabenizou o povo de Sortelha, o executivo da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e outras entidades envolvidas pelo prémio de melhor Aldeia Turística atribuído pela Organização Mundial do Turismo. E questionou quando vai ser requalificada a estrada Sabugal-Sortelha e para quando o início das obras da conduta de abastecimento ao Dirão da Rua.

Pelo Grupo Municipal Cidadãos Eleitores

A Sr.^a Secretária da Junta de Freguesia de Sortelha, Fernanda Esteves, agradeceu as palavras amáveis e de apoio proferidas pela distinção recebida por Sortelha, referindo que Sortelha está para todos e é de todos.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que sobre o encerramento do tribunal houve uma manifestação em Lisboa organizada pela Câmara Municipal do Sabugal. De seguida abordou vários assuntos, entre os quais: a degradação do passeio fluvial do Entre-Pontes; a falta de sanitários no Largo da Fonte; para quando a conclusão da Praia Fluvial e parabenizou pela não utilização do pavet no largo de S. Tiago.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP

O Sr. José Escada questionou o Sr. Presidente da Câmara quando vai resolver o problema dos recursos hídricos em Malcata, no que toca à qualidade do abastecimento, uma vez que periodicamente as análises à água para consumo humano não cumprem os parâmetros microbiológicos, pondo em causa a saúde pública. Referiu que há cerca de um mês foi a bomba injetora de cloro. Questionou quando vai ser construída a adutora de Malcata. Concluiu perguntando se o elemento água, que deveria ser o ex-libris de Malcata é a sua maldição e se Malcata, que muito deu nada tem a receber. O teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 4.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, disse que o crescimento dos eventos faz com que seja equacionada essa questão, de forma a tornar os eventos sustentáveis financeiramente.

Acerca da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, o Sr. Presidente da Câmara referiu que há uma prestação de serviços para assegurar as competências não aceites pela Junta de Freguesia aquando da transferência de competências, mas que vai averiguar o que se passa. Sobre os estragos causados pela requalificação da linha férrea, a situação foi reportada às Infraestruturas de Portugal e à empresa que está com a empreitada, e se a empresa não restituir os estragos, serão ativados os meios legais.

Sobre a intervenção do Sr. António Gata, referiu que o porto seco da Guarda é uma intenção, sendo a infraestrutura importante para o Sabugal. Acerca da requalificação da ligação Sabugal-Guarda, o projeto será analisado pelas Infraestruturas de Portugal durante o mês de janeiro, e ser apresentado posteriormente ao novo governo.

Respondendo à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Aldeia da Ponte, disse que a saúde é uma preocupação permanente e que irá reunir com as corporações de bombeiros dar conhecimento de que o assunto foi abordado na Assembleia para tentar perceber o que se passa, de forma a melhorar o serviço prestado.

Acerca da intervenção do Sr. Presidente da Junta do Soito, o carregador está com uma avaria e aguarda-se a sua reparação. Sobre as responsabilidades da Câmara na transferência de competências (p.ex. roturas) disse que os serviços não estão a conseguir resolver todas as solicitações das Juntas de Freguesia, mas que se irá procurar melhorar a eficácia e rapidez do serviço.

Sobre as obras a decorrer (Largo de S. Tiago, Smart Work Center, Via Ciclável e a requalificação do Castelo de Alfaiates) estão integradas no PT2020 deviam estar concluídas a 31 de dezembro, no entanto, as obras com valores inferiores a 1 milhão de euros, terão o valor da obra não executada incluído na ITI (Intervenção Territorial Integrada) da CIM-BSE e as obras superiores a 1 milhão de euros, terão o valor da obra não executada transitada para o PT2030. Disse ainda que todas as reprogramações têm como data de conclusão das obras, abril de 2024. Sobre as obras da praia fluvial e entrada sul estão no empréstimo, estando prevista a conclusão de ambas em abril.

Acerca da distinção recebida por Sortelha, o Sr. Presidente da Câmara referiu que é um motivo de orgulho para todos os sabugalenses, para Portugal e até para o mundo. É um grande desafio para todos, porque há requisitos na candidatura apresentada que é necessário implementar (sustentabilidade, acessibilidade e preservação do património) porque o prémio terá monitorização permanente.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre o laboratório responsável pela realização das análises da água, há uma prestação de serviços com esse laboratório, tendo sido enviada a documentação solicitada para a investigação do Ministério Público, não sendo neste momento motivo de preocupação.

Acerca da intervenção do Sr. José Pires Manso, disse que o Município do Sabugal aderiu ao Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular, onde foram referenciados alguns eventos (p.ex. Enertech) para que sejam monitorizados, em colaboração com a CCDR e a economia circular.

Sobre a questão da Sr.^a Silvina Silva disse que o assunto já havia sido abordado em Reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal anterior.

Acerca da ligação Sabugal-Sortelha, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a obra arrancará assim que o Tribunal de Contas se pronuncie, com o objetivo de estar concluída até ao Verão. Sobre o início das obras da conduta de abastecimento ao Dirão da Rua, é uma contrapartida da empresa Finerge, e assim que haja condições é para avançar com a empreitada.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal Cidadãos Eleitores:

Sobre o prémio recebido por Sortelha agradeceu a intervenção e agradeceu a ajuda da Sr.^a Fernanda Esteves que também colaborou para que Sortelha reunisse condições para a sua distinção.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Disse que a degradação do passeio fluvial do Entre-Pontes está sinalizada e irá ser feita a reparação; sobre os sanitários hoje foram colocadas outras instalações no Largo da Fonte; as obras da praia fluvial terão o seu término em abril.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Referiu que apenas foi reportada uma situação ao Presidente de Junta, e no espaço de horas foi reposta a normalidade, portanto, não há nenhum problema para a saúde pública da população de Malcata. Disse ainda que a adutora vai arrancar no início do ano. Sobre o estudo dos recursos hídricos está concluído e será feita uma apresentação pública no primeiro trimestre do próximo ano.

Seguiu-se uma segunda ronda de intervenções.

Pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. António Serra referiu que a saúde é uma preocupação contínua, inclusive, em Reunião de Câmara pública, expôs as suas ideias, colocadas em prática em vários municípios, mas

perante a inoperância do poder central ao longo dos anos, é necessário agir de forma a evitar que dentro de 2-3 anos apenas restem 2 médicos no Centro de Saúde do Sabugal.

Pelo Grupo Municipal do PS:

O Sr. José Pires Manso abordou a inovação ao serviço do bem social no concelho do Sabugal, tendo questionado se a Câmara Municipal já pensou implementar alguma ação enquadrável no âmbito da Inovação ao serviço do bem social e se será oportuno pensar nisso, estando a intervenção na íntegra no anexo 5.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

À questão levantada pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a intervenção do Sr. António Serra, disse que na Reunião de Câmara pública já havia manifestado a sua preocupação, sendo que a Câmara não pode ficar indiferente ao que se passa e será elaborado um regulamento para dar incentivos aos médicos que se queiram fixar no concelho, à semelhança de outros municípios.

À questão levantada pelo Grupo Municipal do PS:

Acerca da intervenção do Sr. José Pires Manso, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que a Câmara está atenta e próxima de tudo o que é candidaturas e projetos neste âmbito, relembrando que no ano passado foi desenvolvido o projeto Ekui candidatado à inovação social. Sobre as start-ups e hubs, o Smart Work Center tem como objetivo ter start-ups que possam trabalhar e desenvolver ideias. Referiu ainda que a Câmara estará sempre ao lado dessas empresas que queiram trabalhar essas ideias no território, que trabalham com as IPSS's de forma a desenvolver um trabalho de proximidade e procurar novos caminhos, respostas e ideias para o que pode ser feito no concelho.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação do Orçamento do Município para 2024.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 abstenções, aprovar o Orçamento do Município para 2024.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os pontos 1 e 2 em simultâneo, cujo teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 6.

Sobre o orçamento:

- Referiu que foi elaborado com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano 2024;
- Apresentou a missão, visão e novos desafios e cenários conjunturais, e na sua sequência apresentou os objetivos estratégicos para 2024 (página 4 e 5 do Relatório do Orçamento e GOP's).

Disse que as GOP's e o Orçamento (páginas 7 a 9 do Relatório do Orçamento e GOP's) em discussão foram elaborados num contexto decorrente da crise sanitária (COVID-19) e dos impactos negativos da conjuntura nacional e internacional (crescente inflação, crise energética, subida das taxas de juro e os efeitos das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, a que se veio somar uma crise política nacional com a queda do governo e a marcação de eleições para março de 2024) e na repercussão na vida das pessoas, famílias, empresas e instituições; realçando que: 1) a situação económica e financeira equilibrada das contas municipais permite avançar com investimentos criteriosos, indispensáveis para garantir a melhoria das infraestruturas e a prestação dos serviços básicos essenciais e canalizar todos os recursos disponíveis para continuar a construir um concelho moderno, qualificado e atrativo; 2) o município tem um valor diminuto de receitas próprias (IMI Urbano - 0,3; IMI Rústico - 0,8; IRS - devolução da participação variável de 5%; taxa de Derrama - 0%; Taxa de Direitos de Passagem - 0%.

Previsão de receita (página 21 a 23 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A previsão das receitas para 2024 é de 33.387.836,00 € e das despesas de 33.387.836,00 €.
- A receita corrente deverá atingir 25.204.945,00 € que suporta a despesa corrente, as amortizações médias e parte da despesa de capital.
- Prevê-se que sejam arrecadados 8.182.891,00 € de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima de 10.631.972,00 €.
- Em 2024 prevê-se que a receita municipal seja de 33.387.836,00 €, representando um aumento de 4.948.993,00 € relativamente à previsão inicial de 2023. Verifica-se um aumento de 4.381.853,00 € de receitas correntes e um aumento de 567.140,00 € em receitas de capital, considerando a previsão das transferências do Orçamento de Estado e de apresentação de candidaturas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.
- Em termos relativos a receita corrente representa 75% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 25%.

Previsão de despesa (página 24 a 26 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A despesa do município em 2024 deverá ser de 33.387.836,00 €, sendo 22.755.864,00 € relativos a despesa corrente e 10.631.972,00 € a despesa de capital, verificando-se um aumento de 4.948.993,00 € em relação ao previsto para 2023.
- No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 68%, enquanto a despesa de capital representa 32% da despesa total.

Disse também que nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2024, nas páginas 11 a 15 do Relatório do Orçamento e GOP's.

Por fim, referenciou que o Plano e Orçamento reflete, para além do aumento de cerca de 5 milhões de euros relativamente a 2023, fruto da transferência de capital e correntes, ao abrigo do artigo 35.º do n.º 3, da Lei n.º73/2013, um reforço do orçamento aos Municípios e Juntas de Freguesia e reflete a negociação que o município teve com a CIM-BSE, a CCDR e a Intervenção Territorial Integrada (ITI), que já inclui algumas das obras/projetos que a seguir se evidenciam, num valor de 7,5 milhões de euros:

- Desenvolvimento de Mercado de Produtos Locais do Sabugal (300.000,00€);
- Programa de Promoção do Sucesso Educativo (500.00,00€);
- Eficiência energética em edifícios municipais (auditório – 400.00,00€; pavilhão e piscinas municipais – 400.00,00€; Mercado Municipal – 176.000,00 €);
- Ciência Viva – projeto a desenvolver na Colónia Agrícola no valor de 1.000.000,00 €;
- Etnocentro (Museu da emigração e contrabando) – 1.000.000,00€;
- Reforço da Proteção Civil – 100.000,00 €;
- Água Mais (ciclo urbano da água, rede secundária para agropecuária) – 1.500.000,00€;
- Poldras do Côa/Pedras de Água – 500.000,00 €;
- PARU – Regeneração Urbana – 850.000,00€.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana recomendou que estivessem sempre acauteladas, situações como o tecido empresarial, respeito pelas questões ambientais, o reforço das questões sociais, o reforço das medidas de incentivo aos jovens e as atividades mais tradicionais do concelho.

O Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes, colocou duas questões: **1.** Se está ou vai estar vertido no orçamento verba para contratação de serviços médicos especializados para as capeias arraianas; **2.** Se está ou vai estar vertido no orçamento verba para reparação da rede viária do concelho ou se se vai recorrer ao poder central.

O Sr. António Gata abordou dois assuntos: **1.** Se o investimento significativo na iluminação cénica das localidades medievais tem a ver com a manutenção da iluminação existente ou estão previstas modificações; **2.** Enquanto não há a requalificação da ponte românica, aconselhou a proibição do trânsito a pesados na ponte românica, devido ao seu estado de degradação.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, afirmou votar favoravelmente o ponto, realçando o trabalho técnico, a aposta na eficiência energética, esperando a concretização da maioria dos projetos. Colocou ainda as seguintes questões:

1. Página 9 do documento pdf – montante alocado no ‘Decreto-Lei 72/2022 (art.º 4.º-b)’ deveria ser superior ao mencionado (3.240.000,00€), pelo que questiona quantos mva’s de potência de ligação foram atribuídos com a instalação do centro electroprodutor?
2. Sobre o mesmo montante (2.228.580,00 €), o valor é recebido em 2024 ou após a instalação do centro electroprodutor, uma vez que o valor já estava no orçamento de 2023.
3. Nas GOP’s, página 95 e 123, a verba para a Associação Territórios do Côa, em 2023 estava no orçamento 4.500,00€ e aumentou para 13.200,00€, pelo que questionou o porquê da subida quando o contributo da associação para o município é nulo. Na página 95 e 122, a verba para a Associação de Municípios da Cova da Beira há uma subida para 100.000,00 €, tendo questionado o que levou ao aumento.

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso procedeu à leitura da análise aos documentos dos pontos 1 e 2, onde fez a abordagem técnica; a avaliação política, onde explanou as opções de políticas e investimento do grupo que representa; questionou o que são as despesas ‘não efetivas’ que constam do orçamento, concluindo que o voto do grupo municipal do PS será a abstenção. A intervenção consta, na íntegra, no anexo 7 à presente ata.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata questionou onde se vai instalar o museu destinado à emigração; comungou de algumas das preocupações referidas anteriormente, tais como a ponte românica e estrada de Vilar Maior; congratulou-se com a requalificação da estrada de Sortelha e outras vias de comunicação que deviam constar.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada começou por dizer que o Orçamento comporta 2 orçamentos, de dois órgãos independentes - Assembleia Municipal e Câmara Municipal, tendo dado o seu ponto de vista e sentido de voto individualmente, e no aglomerado. Abordou os investimentos previstos na eficiência energética, tendo referido que os investimentos, no Sabugal, não devem esperar por janelas de oportunidade de candidaturas a fundos, mas sim oportunidade de investimento. E se a Câmara tivesse atuado dessa forma, hoje estaria a abraçar projetos de 2.ª e 3.ª geração, nomeadamente na digitalização. A intervenção consta, na íntegra, no anexo 8 à presente ata.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD

Sobre as recomendações do Sr. Presidente da Junta do Baraçal, disse que as áreas abordadas são de vital importância para o desenvolvimento do território, pelo que serão sempre tidas em conta.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesia da Lageosa e Forcalhos é uma questão a avaliar, sendo que, neste momento, a verba não consta no orçamento e GOP’s e a fazer-se tem enquadramento noutras rubricas; sobre a rede viária disse que há

1.200.000,00€ para a estrada de Sortelha e 500.000,00€ para a conclusão da ligação da via estruturante Ozendo-Soito; sobre a restante rede viária está a ser estudada a hipótese de negociar com o BEI, para criar uma linha de empréstimo para que os municípios possam recorrer a essa linha de financiamento.

Sobre as intervenções sobre a eficiência energética há muito dinheiro para essa área no PT2030, na ITI e já está em fase avançada a iluminação cénica (substituição do material existente por tecnologia LED) do castelo do Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Vila do Touro, Estádio de Futebol do Soito, Parque Termas do Cró, Estádio Municipal do Sabugal. Sobre a intervenção em Vilar Maior há uma verba para projeto, no entanto, a ponte românica é propriedade da Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC), o projeto está a ser melhorado para apresentar num mapeamento realizado a nível da DRCC para ir ao PRR.

Sobre a verba alocada no Decreto-Lei n.º 72/2022 – art.º 4.º-b, referiu que não é financiada a totalidade do projeto, apenas o solar (70%), no entanto, o valor apresentado é uma previsão, podendo ser feito o respetivo acerto posteriormente.

Sobre o valor pago à Associação Territórios do Côa o Sr. Vereador Amadeu Neves referiu que havia dificuldade que todos os municípios tinham dificuldade em manter os seus troços limpos, pelo que se concluiu que era melhor adjudicar a uma empresa e cada um paga a sua parte, equivalente a 7.500,00€, a quota equivale a 4.500,00€.

Prosseguindo, sobre a Associação de Municípios Cova da Beira, o Sr. Presidente da Câmara disse que a verba corresponde a candidaturas a decorrer, e o valor alocado corresponde a uma previsão, podendo ou não ser utilizado, ou seja, à medida que as candidaturas são aprovadas é necessário pagar a componente nacional.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

Sobre as bolsas de estudo aos alunos do Ensino Superior o Município apoia e apoiará sempre os seus alunos.

O edifício Smart Work Center servirá como incubadora de empresas e partilha de serviços. Sobre a ligação Sabugal-Guarda faltam 10 milhões para que o projeto possa prosseguir.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU

Sobre a instalação do Museu da Emigração referiu que será instalado na parte detrás da Biblioteca Municipal.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS

Sobre os projetos da eficiência energética disse são executados consoante as oportunidades que existem e não têm 2 milhões de euros das eólicas por ano, conforme referiu, têm 1 milhão, dos 2,5% e esse dinheiro não pode ser afeto ao que se quer, está distribuído pelas GOP's, por várias rúbricas. Concluiu que a eficiência energética é e será uma grande aposta do município.

Numa 2.ª ronda intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Soito, Tiago Nabais, agradeceu os esclarecimentos e referiu que quanto à questão dos mva's apenas chamou à atenção porque não batia certo com o relatório do Impacto Ambiental, mas quanto à segunda pergunta queria perceber porque estava no orçamento de 2023 e está no orçamento de 2024, questionou se a expectativa do Município é receber o valor este ano.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que o orçamento apresentado é bastante ambicioso, com uma previsão de receita de 33 milhões e meio de receita, no entanto, são um conjunto de ótimas intenções, que muitas das vezes não conseguem ser executadas. Disse que as verbas para as Juntas de Freguesia deveriam ser reforçadas por terem dificuldades em atender todas as necessidades ao longo do ano.

Sobre o arranjo das vias municipais disse que nunca há verba, mas no último ano do mandato há sempre verba para o efeito.

Acerca da ponte romana de Vilar Maior referiu que a situação já devia estar resolvida, sendo apenas pedonal, tornando-a um ex-libris par ao turismo de Vilar Maior.

Por último, alertou para o facto da palavra-chave é a capacidade do Sr. Presidente da Câmara para executar o orçamento, para que não seja um conjunto de intenções como nos 2 anteriores orçamentos.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata questionou o ponto da situação da ligação a Valverde del Fresno e sugeriu o espaço da Escola Primária para albergar o Museu do Contrabando.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada referiu que a questão das taxas de execução abordada pelo grupo municipal do PS é pertinente, tendo desafiado o Sr. Presidente da Câmara para, no futuro, apresentar a taxa de execução do orçamento anterior para que se possa ter a perceção do que foi ou não realizado e se o orçamento a ser aprovado é ou não realista.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD

Sobre a verba inscrita disse que se prevê receber essa verba uma vez, não tendo sido possível recebê-la até à data por ainda não estarem definidos os critérios do Impacto Ambiental, pelo que está inscrita novamente em 2024.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS

Sobre as intervenções na rede viária serão feitas as intervenções assim que haja disponibilidade financeira, nem que seja no último ano do mandato.

Sobre a taxa de execução disse que é a realidade e que será difícil executar, tal como aconteceu em 2023.

Acerca do reforço de verbas para as Juntas de Freguesia referiu também que o Orçamento de Estado (Decreto-Lei n.º 35) contempla um reforço de aproximadamente 500.000,00. Também o Município reforçou as Juntas de Freguesia com mais 300.000,00€ (10.000,00 € para cada Junta). As transferências do Orçamento de Estado, da Lei n.º 109 e a verba extraordinária perfaz cerca de 3 milhões e meio para as Juntas de Freguesia. Por fim, referiu que a Câmara está sempre aberta para apoiar bons projetos que as Juntas de Freguesia queiram apresentar e encontrar formas de financiamento.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU

Acerca da ligação a Valverde del Fresno é uma intenção e estão a ser feitas negociações em ambos os lados.

Sobre a escola primária, será usada para o Centro do Conhecimento, projeto candidatado na ITI, para ser reabilitado (no primeiro andar será instalado o Serviço Social e Educação a biblioteca e o centro de estudos Pinharanda Gomes e no segundo andar será feito um espaço para salas de formação de forma a acolher os cursos TESP.

Grupo Municipal do CDS

Sobre as taxas de execução já respondeu anteriormente, no entanto, referiu que é um desafio que todos têm de estar à altura, mas que os serviços do município não têm capacidade de resposta, pelo que é necessário recorrer a empresas.

Ponto 02 – Discussão e votação das Grandes Opções do Plano 2024-2029.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano 2024-2029.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Ponto 03 - Discussão e votação da Norma de Execução do Orçamento 2024.

Deliberação: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Norma de Execução do Orçamento de 2024.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Ponto 04 - Discussão e votação específica do artigo 29.º da Norma de Execução do Orçamento de 2024 ‘Assunção de compromissos plurianuais’, conforme recomendação de Tribunal de Contas

Deliberação: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o artigo 29.º da Norma de Execução do Orçamento de 2024 ‘Assunção de compromissos plurianuais’, conforme recomendação de Tribunal de Contas:

“Artigo 29.º - Assunção de compromissos plurianuais:

1. *Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista ou de acordo com a sua reprogramação, e ainda os compromissos plurianuais de despesas certas e permanentes em que o valor do compromisso plurianual se situa, em cada ano, entre os 99.759,58€, cuja autorização foi delegada no presidente da câmara, e os 200.000,00€.*
2. *Conforme n.º 2 do artigo 12.º do no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, esta autorização não abrange os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa.*

O serviço requisitante da despesa, que implique compromissos plurianuais, deverá verificar se a mesma é abrangida ou não por esta autorização, incluindo essa informação na proposta inicial para a realização da despesa.”

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Ponto 05 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal do Município para 2024.

Deliberação: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 18 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2024.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o Mapa de Pessoal para 2024 reflete as necessidades para 2024, com a criação de 7 lugares de assistente operacional para a escola, 2 lugares de técnico superior a termo para uma candidatura do Radar Social – Psicólogo e Sociólogo.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso disse que é a Câmara Municipal que tem conhecimento profundo sobre as necessidades, pelo que o grupo municipal do PS se abstém. Referiu que mesmo com os 4 POC's e 3 contratados, faltam 6 assistentes operacionais no Agrupamento de Escolas do Sabugal para completar o rácio; disse que os POC's e contratados são uma solução

provisória devido à falta de experiência e vocação; abordou ainda a idade avançada dos assistentes técnicos da escola (19 têm mais de 60 anos, sendo que 7 têm 64 anos), o que leva ao agravamento dos problemas de saúde, e conseqüente elevado número de baixas.; por último referiu que 3 assistentes técnicos poderão vir a aposentar-se. Por todas estas questões, é urgente abrir um concurso para o pessoal não docente, para assegurar o normal funcionamento da escola. De seguida, perguntou qual o número de avenças que a Câmara Municipal tem neste momento.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata perguntou qual é a necessidade do concurso de Ciências Políticas.

Em resposta às questões levantadas, o Sr. Presidente da Câmara disse que na totalidade, estão 15 lugares no Mapa de Pessoal para assistente operacional para a escola para suprir as necessidades apresentadas e sempre que seja necessário serão abertos novos concursos.

Quanto às avenças, a Câmara Municipal tem 6.

O lugar de Ciência Política entendeu-se que o Sr. Presidente da Câmara precisava de ser assessorado politicamente.

Ponto 06 - Discussão e votação referente à alteração ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 13621, datada de 20-10-2023, referente à **alteração ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis**, deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação tomada na Sessão da Assembleia Municipal de 29-09-2023 no que diz respeito aos valores da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis do número de dependentes a cargo que compõem o agregado familiar e **aprovar a redução da taxa, prevista no artigo 112-A.º do diploma (aditado pela Lei n.º 56/2023), da seguinte forma:**

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	30
2	70
3 ou mais	140

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que havia sido deliberado, no entanto, houve alterações quanto à dedução por número de dependentes, pelo que é necessário que a Assembleia Municipal delibere novamente.

Não se verificaram intervenções por parte dos grupos municipais.

Ponto 07 - Discussão e votação da abertura de procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço do cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão Financeira do Município do Sabugal.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 16 abstenções:

- 1. Aprovar a proposta de Júri de Recrutamento para provimento em regime de comissão de serviço do cargo de Direção Intermédia de 2. Grau da Divisão Financeira, constante da informação registada sob o n.º 16049, datada de 11-12-2023:**
 - ✓ Presidente: Dr.ª Carla Sofia Gil Ribeiro Saraiva Gambôa, Chefe da Divisão Financeira do Município de Trancoso;
 - ✓ 1. Vogal Efetivo: Dr. Américo Oliveira Domingues, Chefe da Divisão de Administração Geral do Município de Fornos de Algodres, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
 - ✓ 2. Vogal Efetivo: Dr. Jaime Lino Neto Pereira Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município do Sabugal;
 - ✓ 1. Vogal Suplente: Eng.º Afonso Pina Tavares, Chefe da Divisão de Obras e Serviços Municipais do Município do Sabugal;
 - ✓ 2. Vogal Suplente: Dr.ª Maria da Glória Silva Quinaz, Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território do Município do Sabugal.
- 2. Revogar a deliberação tomada na sessão ordinária da assembleia municipal de 26-04-2021;**
- 3. Aprovar as despesas de representação inerentes ao cargo, desde o início das suas funções.**

Pelo Sr. Presidente da Junta do Soito foi apresentada uma declaração de voto cujo teor consta no anexo 9 à ata.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que a divisão financeira estava acoplada com a divisão administrativa, no entanto, entendeu-se criar a divisão financeira, pelo que é necessário abrir procedimento concursal.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Soito, Tiago Nabais, disse ser favorável à abertura do procedimento, que peca por tardia, no entanto, o sentido de voto é contra.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso disse que é necessária a criação da divisão, no entanto, como o sentido de voto no ponto 5 foi a abstenção, neste ponto o sentido de voto será também a abstenção.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada perguntou se vai haver uma reestruturação orgânica que implique um novo funcionário.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que não se trata de uma reestruturação orgânica, porque o lugar já está criado.

Ponto 08 - Discussão e votação da alteração de repartições de encargos de obras do Município do Sabugal.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação das repartições de encargos aprovadas em reunião de câmara de 06-12-2023, conforme quadro apresentado:

Empreitadas em Execução 2023				
Repartição de Encargos				
	Valor de Adjudicação	Valor Executado em 2022/2023	Valor a pagar ainda em 2023	2024
Circular Interna de Mobilidade Suave e Inclusiva do Sabugal - Fase 1	1 683 026,83 €	945 310,93 €	83 528,00 €	654 187,90 €
REABILITAÇÃO E RENOVAÇÃO DE EDIFÍCIO E ESPAÇO EXTERIOR PARA INSTALAÇÃO DO SMART WORK CENTER DO SABUGAL – CENTRO EMPRESARIAL	1 323 638,74 €	352 271,38 €	100 700,00 €	870 667,36 €
Recuperação das Margens do Côa Entre Pontes - 2.ª FASE (Praia Fluvial)	766 002,04 €	342 504,03 €	26 500,00 €	396 998,01 €
Requalificação da Praça da República e Largo de São Tiago	699 290,93 €	319 929,26 €	21 200,00 €	358 161,67 €
REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO SUL DA CIDADE DO SABUGAL (EN233 E EMS42)	1 152 432,00 €	601 537,39 €	53 000,00 €	497 894,61 €

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que são obras que estão a decorrer e diz respeito aos valores a transitar para 2024, de forma a não interferir nos resultados e taxas de execução.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual é a previsão para a conclusão das obras ao longo de 2024 e se seria possível explicar qual é a visão para o espaço e como é que irão funcionar as instalações do Smart Work Center do Sabugal.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada perguntou se seria possível, para evitar uma baixa execução, fazer uma prévia programação do custo das obras evitaria que os concursos abertos ficassem desertos.

Em resposta às questões levantadas, o Sr. Presidente da Câmara disse que as obras do PARU e do empréstimo finalizam em abril. Sobre o Smart Work Center há uma equipa – Laboratório Colaborativo Colab - a pensar a funcionalidade, os regulamentos e a forma de trabalhar, numa lógica de incubadora de empresas, trabalho partilhado, nómadas digitais, co-working.

Sobre a questão do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que no caso destas obras, as mesmas deveriam estar executadas em 2023, não estando a totalidade da obra executada, os valores correspondentes à parte da obra não executada transitam para 2024.

Ponto 09 - Discussão e votação do projeto de Regulamento do Mercado Municipal.

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Regulamento do Mercado Municipal do Sabugal.**

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que houve necessidade de rever o projeto por não atender às necessidades tendo em conta as intervenções que houve no espaço de forma a torná-lo mais acolhedor.

Não se verificaram intervenções por parte dos grupos municipais.

Ponto 10 - Discussão e votação da Repartição de Encargos referente à contratação do serviço de ‘Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos’.

Deliberação: : A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 2 votos contra, **aprovar a repartição de encargos referente à contratação do serviço de ‘Recolha e**

Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 16351, datada de 14-12-2023.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o concurso para recolha de resíduos sólidos urbanos terminou, e enquanto finaliza este concurso foi feito um ajuste direto de 4 meses. No entanto, o concurso aberto há cerca de 1 mês ‘caiu’ porque as empresas concorreram com um valor acima do preço base, pelo que é necessário reabrir novamente o concurso, tendo sido aumentado o preço-base. O que se pede à Assembleia Municipal é que aprove a repartição de encargos de 2024 a 2027.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata disse que o voto da CDU seria contra por uma questão de coerência, em que a Câmara devia usar meios próprios e não recorrer a empresas privadas.

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de celebração de contrato interadministrativo com o Instituto de Registos e do Notariado.

Deliberação: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de contrato interadministrativo entre o Município do Sabugal e o Instituto de Registos e do Notariado, ao abrigo do artigo 22-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com os fundamentos constantes da informação registada sob o n. 15858, do dia 06-12-2023.

Acerca do assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o contrato resulta da visita do Sr. Secretário de Estado da Justiça, em que o IRN alertou para a necessidade de recursos humanos de forma a dar cumprimento ao normal funcionamento da instituição. O contrato interadministrativo com o IRN tem como objetivo ceder um recurso humano e permite que o mesmo regresse ao município quando entender.

Interveio o Grupo Municipal do PSD

O Sr. António Gata disse que no ponto 2 da página 1 está escrito ‘Torres Novas’.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o erro havia sido detetado na Reunião de Câmara, tendo sido corrigido posteriormente.

Ponto 12 - Discussão e votação do reconhecimento público municipal do projeto de Recuperação das margens do Côa entre Pontes – 3.ª fase.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o relevante interesse público municipal do projeto de Recuperação das Margens do Côa entre Pontes – 3.ª Fase, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 15603, datada de 28-11-2023.

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a praia fluvial tem uma 3.ª fase da margem esquerda do rio, onde está prevista a construção de uma piscina, campo de jogos e ajardinamento do espaço. Esse espaço é do domínio do regadio e tem de ser desafetada. Para a desafetação é necessário parecer, tendo todas as entidades consultadas dado parecer favorável, à exceção da DGADR, argumentando que é necessário proceder à desafetação e para a desafetação é necessário que a Assembleia Municipal reconheça o interesse público municipal do projeto para que se possa lançar o concurso da obra.

Intervieram os grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, Filipe Mendes, perguntou se a desafetação implica algum valor financeiro ou se é apenas para continuar com o projeto.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes afirmou que o sentido de voto do grupo municipal do PS é favorável, no entanto, questionou se se justifica a desafetação e se seria possível propor a ampliação do regadio a montante do Côa, uma vez que o regadio a montante do Sabugal é muito diminuto.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que não tem qualquer componente financeira, serve apenas para reconhecer o interesse e prosseguir com a 3.ª fase do projeto.

Disse ainda que a área que se está a desafetar já estava inculta e pertence ao Município, sendo a desafetação justificada. A questão da ampliação do regadio está a ser tratada no âmbito da comissão dos recursos hídricos, que apresentará as suas conclusões dentro de pouco tempo, onde essa questão foi analisada.

Ponto 13 - Eleição de Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal (CPCJ).

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar Daniela Esteves Dias e Tânia Alves para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal, com 49 Votos a favor, 7 votos contra e 4 abstenções.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia informou ter sido entregue uma proposta do PSD para designar Daniela Dias e Tânia Alves.

A Sr. Marisa Martins solicitou a palavra para dizer que, sendo os membros da comissão de proteção são designados por um período de três anos, renovável por duas vezes e os representantes designados pela assembleia municipal de entre cidadãos eleitores terminam o primeiro mandato sugeriu que se mantivessem os membros, pelo que o grupo municipal do PS não apresenta nenhuma lista.

O Sr. José Escada perguntou se não havia possibilidade de uma comissão mista PS-PSD.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana referiu que não tendo nenhum dos restantes grupos municipais apresentado proposta, a votação prende-se apenas com concordar ou não concordar com a proposta apresentada pelo PSD.

A Sr.^a Marisa Martins retomou a palavra para dizer que a CPCJ não devia e não tem nada a ver com política, escolhem-se nomes que devem ter todas as competências para integrar uma comissão tão nobre, numa área que cada vez mais complicada e sensível, pelo que, embora seja votação secreta, o seu voto será favorável.

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que ainda que entendesse o alcance da intervenção da Sra. Marisa Martins, notou que a assembleia é um órgão eletivo de natureza política.

O Sr. António Serra solicitou a palavra para dizer que concorda, quase na totalidade, com o referido pela Sr.^a Marisa Martins e concorda, em certa parte, com aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, no entanto o interesse supremo são os interesses das crianças e jovens em risco. Referiu também que integrar a comissão é um ato de cidadania e participação na comunidade.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sua opinião, este tipo de matérias devia gerar o máximo de consenso na Assembleia e que o mesmo deveria ser preferencialmente obtido antes da colocação à votação do ponto em referência.

Para terminar, o Sr. Carlos Borregana disse que houve a presunção de que a bancada do PS apresentaria proposta e verifica que a Sr.^a Marisa Martins concorda com os 2 elementos propostos, referindo que a competência, eficácia e eficiência não são inimigas da opção política.

Ponto 14 - Discussão e votação da proposta de acordo de parceria de constituição das Águas Públicas em Altitude – Serviços Intermunicipalizados.

Deliberação: A Assembleia deliberou, por maioria, com 15 votos contra e 3 abstenções, aprovar a celebração do Acordo de Parceria ‘Águas Públicas em Altitude – serviços Intermunicipalizados’ para a gestão e prestação de serviços de abastecimento público de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e águas pluviais dos Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal, aprovar a minuta do acordo de parceria ‘Águas Públicas em altitude – Serviços Intermunicipalizados’ para a gestão e prestação de serviços de abastecimento público de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e águas pluviais dos Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o acordo vem no seguimento do que havia sido aprovado na Assembleia Municipal de junho, e para que o serviço intermunicipalizado possa entrar em funcionamento (mês de março) é necessário aprovar o acordo de parceria, que engloba: objetivos estratégicos para as águas publicas de altitude, principais iniciativas estratégicas a implementar nas águas publicas de altitude, plano de investimentos, listagem de bens afetos à prestação de serviços (bens matérias, viaturas e equipamentos), demonstrações financeiras e plano de financiamento, tarifários dos serviços e sua trajetória referencial de evolução temporal, sanções aplicáveis pelo incumprimento de objetivos e metas, financiamento direto pelos Municípios da prestação de serviços de desenvolvimento e exploração do Sistema de Gestão de Águas Pluviais.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso começou por dizer que o grupo municipal do PS reconheceu e continua a reconhecer vantagens na agregação destas entidades gestoras para acesso a fundos comunitários; reconhece as vantagens de um sistema em escalas intermunicipais de maior dimensão, visando a racionalidade. Alertou para o facto de os tarifários virem a ter um grande aumento com este tipo de serviço e referiu que o atual acordo de parceria é semelhante ao que havia anteriormente, no entanto, a cláusula 18 – Tarifários, página 23, ponto 5 foi profundamente alterada, e solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara. Disse ainda que o Sr. Presidente não pode ficar melindrado se alguém intitular o

serviço intermunicipalizado de empresa, uma vez que o mesmo é tratado como tal no anexo I (Esclarecimentos no âmbito do parecer sobre a constituição da APAL-SIM).

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata disse que o grupo municipal da CDU iria votar contra, devido ao aumento dos preços da subida da água, este é um caminho para a mercantilização da água.

Grupo Municipal do CDS:

O Sr. José Escada referiu que em relação aos elementos adicionais apresentados não ficou esclarecido ao ponto de alterar o sentido de voto; também porque não houve intenção de esclarecer o porquê da agregação proposta e não outra agregação, reiterando a declaração de voto apresentada na sessão de 30-06-2023.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que este é um documento acessório e haverá um outro que também terá de ser deliberado em Assembleia Municipal. Sobre o ponto 5 esclareceu que cada município pode financiar a tarifa até atingir um patamar acessível, sendo que o aumento do tarifário já é, atualmente, exigência da ERSAR. Em relação à água disse ainda que o valor baixa e onde aumenta é no saneamento.

Intervio novamente o Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso disse que o que havia sido acrescentado no ponto 5, ou seja, o município pode aplicar tarifas distintas apenas no que respeita ao valor das tarifas e não à estrutura do tarifário no Regulamento de Serviço.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que tal como explicou anteriormente, o aumento de tarifas já era imposto pela ERSAR.

Ponto 15 – Discussão e votação da proposta de celebração de contrato Interadministrativo entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António para os anos 2023, 2024 e 2025, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 16406, datada de 14-12-2023.

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que por lapso o contrato interadministrativo tinha validade para 2022, mas a sua duração é para o mandato, então é para corrigir isso e aprovar o valor atualizado.

Ponto 16 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal, não tendo havido intervenção dos grupos municipais.

Sobre o término do ano, foi concedida a palavra aos seguintes grupos municipais:

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana, desejou boas festas e boa passagem de ano. Parabenizou ainda os Presidentes de Junta pela iniciativa de enfeitarem/iluminarem as respetivas freguesias e que no próximo ano continue a haver a mesma força, com o apoio do Sr. Presidente.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, em nome do Partido Socialista desejou boas festas aos presentes e parabenizou aos Presidentes de Junta pelos eventos que já decorreram e vão decorrer nas festividades, uma vez que atrai pessoas ao nosso concelho. Referiu ainda que se espera que no próximo ano possa haver um crescimento maior no concelho e o Presidente da Câmara terá toda a conjuntura favorável para poder executar o orçamento, porque o sucesso dele é o sucesso do concelho.

Pelo Grupo Municipal Cidadãos Eleitores

A Sr.ª Secretária da Junta de Freguesia de Sortelha, Fernanda Esteves, desejou um Feliz Natal a todos, um próspero Ano Novo e felicitou todas as Juntas de Freguesia pelo empenho na decoração de ruas e na elaboração de presépios.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata desejou que o menino Jesus traga a todos um Natal Feliz e que o Ano Novo seja um ano com muita saúde e com menos ou nenhum belicismo. Saúde e paz é o que deseja a todos.

Pelo Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada desejou a todos Boas Festas e que se aproveite esta quadra para fazer uma reflexão sobre o modo como decorreu a política nesta casa, e em termos gerais, de forma a introduzir em 2024 as ações corretivas que se justifiquem e que cada um esteja na disposição de as tomar.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que é a altura de repensar o que foi feito em 2023, felicitou todos os autarcas que têm contribuído para que o território tenha tido uma atratividade importante nesta época festiva e podem contar com ele para o que for necessário e lhe for possível. Aos restantes membros da Assembleia foi um prazer trabalhar com eles, tendo pedido desculpas nas situações em que se excedeu nas intervenções. Por fim, desejou a todos um Santo e Feliz Natal e um 2024 cheio de sucesso profissionais e pessoais, sobretudo cheio de paz e amor.

Por fim, o Sr. Presidente da Assembleia desejou Boas Festas, referindo também que deseja que os membros, e o Executivo, possam aprender mais com a aplicação do novo Regimento de forma a melhorar a eficácia da Assembleia, em proveito de todos e do Concelho.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Não tendo havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Dados: 2024.03.07 16:21:00 Z
Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, Vânia Martins Filipe
Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 05/2023 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Anexo 1

Intervenção do Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana

“Cumprimento todos os presentes

Aproveitando este momento solene, que é a Assembleia Municipal, para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Freguesia de Sortelha pelo prémio que a sua belíssima Aldeia recebeu, da Organização Mundial do Turismo, por ser a melhor Aldeia Turística a concurso.

É um prémio que, a todos, nos enche de orgulho e, até, um pouco de inveja, pelo que lhe peço, Senhor Presidente, que nos deixe partilhar da sua alegria pois nos dias que se seguiram á atribuição do prémio todo o Concelho era Sortelha.

Sortelha representa tudo aquilo que é o nosso imaginário enquanto Povo:

A nossa história com tantos Reis e Rainhas, a nossa cultura com tantas lendas e tradições e a nossa religião com tantos Santos e milagres.

Sortelha foi um lugar estratégico nos diversos momentos de conquistas e reconquistas para a formação do nosso território e conseguiu, ao longo dos vários séculos, preservar todos os seus traços, e tanto encanto, que hoje nos continuam a fazer sonhar.

Quero deixar uma palavra de agradecimento ao executivo Municipal e às Aldeias Históricas de Portugal pela forma como conseguiram conduzir, a bom porto, a candidatura de Sortelha. Quero lembrar todos os autarcas que presidiram aos destinos de Sortelha pela capacidade que tiveram de gerir a freguesia com uma visão que teve que ir para além do horizonte temporal dos seus mandatos. Quero, finalmente, agradecer aos fregueses de Sortelha por terem querido preservar a sua aldeia com a identidade que hoje tem.

Longa vida a Sortelha!”

Anexo 2

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“O Município do Sabugal e o seu compromisso com a economia circular

*Sr Presidente da Mesa da AMS, mesa, executivo e membros eleitos da MAS. Temos conhecimento de que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) propôs um **Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro.***

*O **Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro** é uma iniciativa enquadrada no âmbito da Agenda de Economia Circular do Centro e pretende valorizar práticas de economia circular, dando visibilidade às ações desenvolvidas na região com o objetivo de estimular a adoção de estratégias de circularidade.*

De acordo com a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), Isabel Damasceno, “os impactos das ações propostas ou a propor permitirão,

certamente, gerar práticas inspiradoras e exemplos inovadores e contribuirão para uma maior disseminação dos princípios de circularidade e acelerando, de forma decisiva, o processo de transição da região e do país para uma economia mais circular”.

Sabe-se também que o Pacto pode ser subscrito por todas as entidades da região Centro ou que nela operam na região, desde que se comprometam com a realização de pelo menos uma ação, que contribua para a promoção de uma economia mais circular.

Sabemos que no dia 30 de novembro p.p., nas instalações de 'A Moagem - Cidade do Engenho e das Artes', no Fundão, algumas autarquias, e pensamos que outras instituições, terão assinado e aderido à segunda edição desse Pacto.

Sabemos também que, no total, o Pacto já foi subscrito por 101 entidades, e que isso implica o compromisso de implementar mais de 230 ações até 2025.

Ora sabendo-se que “a subscrição desta segunda edição do Pacto Institucional, se traduz no desenvolvimento de soluções inovadoras na promoção de uma economia circular nos nossos territórios e Concelhos, através da implementação de estratégias de otimização de recursos, redução de desperdício e fomentando a adoção de boas práticas ambientais no âmbito da sustentabilidade”, e porque não temos informação relativamente a este tema para o nosso concelho,

- gostaríamos de perguntar em que situação está o nosso município: a C.M. Sabugal já aderiu? A CMS pensa aderir? ou o que pensa a CMS sobre este assunto tão importante para assegurar a sustentabilidade futura do nosso concelho, do nosso país, da Europa e do Mundo?

Pel' O Grupo do PS na AMS

José R. Pires Manso”

Anexo 3

Intervenção da Sr.ª Silvina Silva

“O Grupo Municipal do partido Socialista, quer aqui relembrar parte da intervenção do Membro do Grupo Municipal do PSD António Serra na última Assembleia Municipal, sobre a concentração de alguns cidadãos Sabugalenses, junto ao Centro de Saúde do Sabugal, como é natural tem todo o direito em exprimir a sua opinião, que como todos sabemos é bastante válida e está dentro da sua área profissional. Referiu e passo a citar: “ Como é possível ver um Vereador do Partido Socialista, candidato derrotado no último acto eleitoral Autárquico a manifestar-se contra o seu próprio partido/governo em funções?” Os vereadores do Partido Socialista, foram eleitos para defenderem os interesses e direitos dos habitantes do Concelho do Sabugal independentemente do Governo, são eles que estão em primeiro lugar e não as questões partidárias. Já agora o mesmo não fez o PSD Sabugal quando no Governo de Passos Coelho o Tribunal do Sabugal foi encerrado. Esqueceu-se de referir, que a Vice-Presidente de Câmara também ali esteve e muito bem, nesta concentração, acompanhando desta forma os sabugalenses. Também o Sr. Presidente de Câmara, Vitor Proença esteve ultimamente numa caminhada entre a Câmara Municipal da Guarda e o Hospital Sousa Martins, juntamente com outros Presidentes de Câmara, eles e muito bem estiveram a representar as suas populações onde foram eleitos face às dificuldades que o S:N.S. atravessa.

Tem razão quando referiu, que uma ou outra intervenção de cidadãos anónimos não foram as mais felizes, mas no geral os Sabugalenses mostraram apenas preocupação com a falta de médicos.

Também é importante referir, que o actual Governo disponibiliza cerca de 272 mil euros para requalificar a extensão de saúde do Soito, e cerca de 432 mil euros para a requalificação do Centro de Saúde do Sabugal. Isto permitirá melhorar as condições de trabalho dos médicos, enfermeiros e restantes trabalhadores do Centro de Saúde e também dar mais conforto aos utentes.”

Anexo 4

Intervenção do Sr. José Escada

*“Sr. Presidente da Câmara hoje vou questioná-lo sobre a “**Maldição de Malcata**” em relação a recursos hídricos*

*Malcata para além de no verão ter de ser abastecida pelos bombeiros tem ainda de suportar a **insegurança da qualidade do abastecimento**. Periodicamente as análises à água para consumo humano da rede de Malcata detetam incumprimentos nos Parâmetros Microbiológicos.*

Há cerca de um mês a origem foi a bomba injetora de cloro

Quando vai o Sr. Presidente resolver este grave problema que põe em causa a saúde pública?

*Sr. Presidente, quando vai construir a **adutora a Malcata**? É que esta é sucessivamente inscrita no Orçamento e sistematicamente não realizada, lamentavelmente, com a passividade do Presidente da Junta de Malcata!*

O POAS foi-se, foi um ar que lhe deu. O Centro Náutico é uma miragem! A adutora sempre adiada! Mas será que o elemento água, que deveria ser o ex-libris de Malcata, é afinal a sua maldição?

Será que Malcata que muito deu nada tem a receber?”

Anexo 5

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Inovação ao serviço do bem social no concelho do Sabugal

- 1) O Sabugal é um concelho sediado numa cidade histórica, que resultou da junção de 5 antigos concelhos na reforma dos anos 1820/30, totalmente encostada a Espanha e que pode ser um terreno fértil para a inovação social, um motor vital para desenvolver um futuro mais inclusivo e sustentável. O concelho precisa de alguma transformação onde a inovação social desempenhe um papel crucial na abordagem dos desafios locais na área do bem-estar social.*
- 2) Sabe-se que a tecnologia desempenha um papel essencial no processo de desenvolvimento da inovação social. Incubadoras e hubs tecnológicos, em Lisboa e noutras cidades do país, têm proporcionado um ambiente propício para o crescimento de startups sociais, centradas em soluções inovadoras para enfrentar diversos desafios sociais que se apresentam. A digitalização e a conectividade estão a ser exploradas para criar plataformas que facilitem a interação entre os cidadãos e promovam a partilha de recursos e ideias.*
- 3) Ora numa cidade e num concelho, como o Sabugal, que respira história, a inovação social é a ponte entre o passado e o futuro. O Sabugal, nomeadamente a sede do concelho, perto de*

uma Universidade e de dois institutos Politécnicos, um deles presidido até por uma sabugalense, pode reinventar-se como um laboratório de ideias, onde a tradição se encontra com a modernidade para enfrentar os desafios contemporâneos.

Pergunta: a Câmara Municipal já pensou implementar alguma ação enquadrável no âmbito da Inovação ao serviço do Bem Social? Pensa que será oportuno pensar nisso?

Pel' O Grupo do PS na AMS

José R. Pires Manso

Anexo 6

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara – Apresentação do ponto 1

ORÇAMENTO

Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano 2023, aprovados em reunião de Câmara de 23 de novembro de 2023.

A definição dos objetivos de gestão decorre da missão e visão definida, do Plano Estratégico Sabugal 2025 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes do final do Quadro Portugal 2020, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Cooperação Transfronteiriço e das redes colaborativas temáticas em que o Município participa.

A definição dos objetivos estratégicos assenta na missão, na visão e nos desafios a enfrentar e que se apresentam:

- 1) **Missão: Promover** a coesão e competitividade territorial, **valorizar** as pessoas, **preservar** o património cultural e a identidade local e **melhorar** a qualidade dos serviços prestados.*
- 2) **Visão: Conter** o despovoamento, **atrair** investimentos que criem emprego e fixem população no concelho, **assegurar** o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos, **apostar** no equilíbrio ambiental e na eficácia dos recursos, **reforçar** a sustentabilidade e a resiliência, **reforçar** a qualificação do espaço público e **promover** a reabilitação urbana.*
- 3) **Dos novos desafios e cenários conjunturais**, bem como da consulta aos serviços municipais e recolha de contributos em matéria de projetos a desenvolver em 2024.*

Decorrente da missão e da visão definidas, os objetivos estratégicos para 2024 são os seguintes:

- 1) **Proporcionar aos Municípes melhores condições de vida,***
- 2) **Valorizar o território na sua componente interna,***
- 3) **Valorizar o território na sua componente externa,***
- 4) **Valorizar o território, apoiando a rede de agentes económicos e sociais do concelho,***
- 5) **Preservar a identidade territorial e urbanística,***
- 6) **Promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável,***
- 7) **Dinamizar a afirmação concelhia***

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2024 e seguintes foram elaborados num contexto decorrente da crise sanitária provocado pela pandemia por COVID-19 e dos impactos negativos da conjuntura nacional e internacional, nomeadamente, a crescente inflação, a crise energética, a subida das taxas de juro e os efeitos das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, a que se veio somar uma crise política nacional com a queda do governo e a marcação de eleições para Março de 2024, factores que irão ter uma forte repercussão na vida das pessoas, famílias, empresas e instituições, contemplando por isso medidas para ajudar todos os Sabugalenses a ultrapassar este difícil momento, e apontam também no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio e de manutenção da já debilitada economia do nosso Concelho.

A conjuntura nacional de crise governativa, a conjuntura internacional com as guerras da Ucrânia e no Médio Oriente, a crise energética, a crescente inflação e a subida das taxas de juro, exigem maior atenção na proteção das famílias, na saúde, na educação, no apoio social e na economia local.

Felizmente que a situação económica e financeira equilibrada das contas municipais permite avançar com investimentos criteriosos, indispensáveis para garantir a melhoria das infraestruturas e a prestação dos serviços básicos essenciais e canalizar todos os recursos disponíveis para continuar a construir um Concelho moderno, qualificado e atrativo.

Como é já habitual, contaremos sempre com o saldo de gerência do ano anterior (2023 2.700€), para reforçar ações e projetos insuficiente dotados no Orçamento Inicial, ou criar novos projetos de oportunidade. Temos consciência dos constrangimentos externos, mas também das opções dos órgãos municipais que em devido tempo deliberaram pela manutenção dos impostos, taxas e preços municipais em valores mínimos. IMI Urbano (0,3); IMI Rústico (0,8), IRS (devolução da participação variável de 5%), taxa de Derrama (0%), Taxa de Direitos de Passagem (0%). Somos um Município com um valor diminuto de receitas próprias.

PREVISÃO DE RECEITA:

*A previsão das receitas para o próximo ano é de **33.387.836,00** euros e das despesas de **33.387.836,00** euros. A receita corrente deverá atingir um total de **25.204.945,00** euros que suporta a despesa corrente, as amortizações médias e ainda parte da despesa de capital. Prevê-se ainda que sejam arrecadados **8.182.891,00** euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de **10.631.972,00** euros.*

*Em 2024 prevê-se que a receita municipal seja de **33.387.836,00** euros, representando um aumento de **4.948.993,00** euros relativamente à previsão inicial de 2023. Verifica-se um aumento de **4.381.853,00** euros de receitas correntes e um aumento de **567.140,00** euros em receitas de capital, considerando a previsão das transferências do Orçamento de Estado e de apresentação de candidaturas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.*

*Em termos relativos constatamos que a receita corrente representa **75%** da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas **25%**.*

PREVISÃO DE DESPESA:

A despesa do município em 2024 deverá ser de 33.387.836,00 euros, sendo 22.755.864,00 euros relativos a despesa corrente e 10.631.972,00 euros a despesa de capital, verificando-se um aumento de 4.948.993,00 euros em relação ao previsto para 2023.

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 68%, enquanto a despesa de capital representa 32% da despesa total.

***Nas Grandes Opções do Plano** são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o **Plano Plurianual de Investimentos** e as **Atividades mais Relevantes** da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2024.*

- . Dar continuidade às obras e projetos municipais iniciados, transpondo todos os compromissos assumidos;*
- . Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento (RAIEIM/ Sabugal Invest);*
- . Desenvolver medidas de apoio à fixação de jovens, nomeadamente no âmbito da habitação; De realçar ainda a Estratégia Local de Habitação, nomeadamente através da implementação do 1º direito e o acesso a habitação com rendas acessíveis, através de contratos com o IRHU. Pretende-se melhorar as condições de vida das famílias, dar resposta às necessidades do território em termos de arrendamento e simultaneamente promover a requalificação urbana do centro histórico do Sabugal.*
- . Promover um conjunto de iniciativas de promoção do Sabugal, da marca ALGU do Sabugal, do território, dos seus valores patrimoniais, dos seus recursos diferenciadores, da sua genuinidade cultural, da sua atratividade turística e do potencial endógeno gerador de riqueza (Eventos em consolidação e Desenvolvimento de novas iniciativas);*
- . Elaborar projetos e desenvolver parcerias estratégicas recetoras de fundos e facilitadoras do desenvolvimento (com a ADES e outras do movimento associativo concelhio, nas áreas da agricultura, pecuária, floresta e desenvolvimento rural e turístico);*
- . Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através da Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia, reforçando a colaboração com estas, tendo em vista a qualidade de vida nas várias localidades e apoio a projetos dinamizadores da economia local;*
- . Participar na elaboração do Cadastro Simplificado BUPI (Balcão Único do Prédio);*
- . Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsídio indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade). Pretende-se reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais;*
- . Implementação de um projeto integrado de promoção do sucesso escolar e qualificação dos jovens;*

- . Continuar a investir no sistema educativo e na qualidade, desde o berçário ao ensino superior, profissional e sénior em todo o território do concelho, como forma de fixação e captação de famílias e população jovem;
- . Lutar por um serviço de saúde pública com qualidade e de proximidade com os utentes, garantindo de forma complementar outras respostas na área da saúde;
- . Manter ou alargar o número de protocolos no âmbito do programa Saúde Mais Próxima com as Juntas de Freguesia;
- . Concluir a implementação das obras previstas no PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Zona Antiga do Sabugal (Praça da República e Largo de S. Tiago, Centro de Artes e Ofícios, Requalificação das Margens do Cóa/ Praia Fluvial, Entrada Sul do Sabugal);
- . Elaboração/alteração do PARU da ARU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano, (Regeneração Rua Dr. Francisco M^o Manso, Reabilitação de edifício e ampliação parque estacionamento – Largo S. Tiago, Centro de Conhecimento – Escola Primária, Requalificação Rua António José Almeida e Nuno Montemor, Praia Fluvial 3^a fase.
- . Colonia Agrícola – Projeto Ciência Viva / Programa AGRO+ enquadra um Centro de Desenvolvimento Agroflorestal e assume-se como o instrumento fundamental de desenvolvimento de um setor agrícola e florestal moderno e competitivo, associado também à implementação do Plano de Fomento dos Recursos Cinegéticos e do Plano Integrado de Utilização da Água.
- . Continuar a implementação de medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (ESE e ITI - CIM Beiras e Serra da Estrela);
- . Promover a sustentabilidade ambiental, apostando em políticas ambientais diferenciadoras que resultem em medidas amigas do ambiente e indutoras de economias verdes, inovadoras e diferenciadoras, como economia circular, circuitos curtos de comercialização, economias gestoras de eficiência energética e da água, de agricultura e transformação de produtos biológicos, de turismo de natureza e sustentável, touring cultural e paisagístico, assentes no diversificado património natural e cultural que o concelho possui;
- . Implementação do Serviço de Águas Públicas de Altitude (Serviços Intermunicipalizados para gestão integrada de águas e saneamento em Baixa – Sabugal, Guarda, Celorico da Beira e Manteigas);
- . Reforço dos apoios e das ações preventivas no âmbito da Proteção Civil Municipal e no âmbito dos protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Sabugal e Soito;
- . Apoiar equipas de sapadores florestais em ações de ordenamento florestal; AIGP Terras do Lince/ Cogest”

Anexo 7

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Boa tarde. Cumprimento todas as pessoas presentes neste auditório começando pelos srs. Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, srs. vereadores, membros da Assembleia Municipal, técnicos camarários e público presentes.

Lemos, com agrado, o plano e orçamento da CMS para 2024 bem como as grandes opções do plano aprovadas na reunião da CMS (fins de novembro) a que V. Exa. preside e que, de acordo

com a legislação em vigor, carecem de aprovação da Assembleia Municipal do Sabugal. É o que estamos a fazer na reunião em que nos encontramos.

*Registamos **pela positiva** que a fundamentação teórica dos documentos apresentados está bem elaborada fazendo apelo a princípios que defendemos como a economia circular, a economia verde, a sustentabilidade, a eficiência energética, a luta contra o aquecimento global, o respeito pelos princípios da sustentabilidade defendidos pela ONU – os 2030 - United Nations' Sustainable Development Goals (UNSDG), as conferências do clima e/ou do ambiente do Rio, de Tóquio, de Paris, da COP28, que tem estado a decorrer, e a transição para uma economia descarbonizada ou zero-carbono, e outros defendidos igualmente pela União Europeia a que pertencemos.*

É verdade que todos sabemos, que estes grandes e louváveis princípios fundamentam, também, e algumas vezes com as mesmas frases, expressões e palavras, idênticos documentos de outras Câmaras, das mais próximas às mais longínquas, mas daí não vem nenhum mal ao mundo. Mas adiante.

No que diz respeito ao trabalho dos técnicos superiores camarários e certamente outros que, na CM Sabugal e ao longo dos vários anos, cumprem esta tarefa, nada há a registar a não ser reconhecer-lhes o mérito e a boa qualidade do que fizeram no respeito pela legislação aplicável e que, naturalmente, as autarquias têm de cumprir.

Contudo, da análise que fizemos, sem fazer quaisquer contas ou apreciação mais elaboradas, vislumbram-se as habituais rubricas “outros” empoladas, como já referimos noutras ocasiões, alguns desvios que chamam à vista noutras, o cumprimento mais ou menos regular das metas ao nível das receitas e despesas correntes, e sem grandes oscilações do ano passado para este ano (2024), deteta-se o prolongar de algumas obras em curso com algum atraso a justificar a transferência de verbas de investimento para o próximo ano, consegue-se vislumbrar alguma dificuldade ao nível das despesas de capital, também há rubricas que não referem o seu conteúdo pondo, por exemplo, o nº de um decreto mas ficando-se sem saber do que se trata... etc. Não acreditamos que a CMS consiga executar 33 milhões de euros em 2024.

*Fora disso nada de anormal ou errado vislumbramos. Estão, por isso, de parabéns os seus autores e a CMS. Dito de outra maneira, em **termos de avaliação técnica**, e para um economista como é o nosso caso, nada há a registar, apenas a louvar.*

*Contudo, em **termos de avaliação política**, do que nos foi apresentado, naturalmente que as coisas mudam bastante de figura. De facto, as opções de políticas e de investimento que defendemos para o nosso concelho são diferentes das que constam nesses documentos. Como, aliás, seria de esperar, para bem da democracia e da alternância no poder.*

Mas como dizíamos de facto, as nossas opções de políticas e investimentos:

- Seriam **mais amigas das empresas e do emprego** para os naturais e residentes, pois defendemos estímulos e apoios para atrair novas empresas e para a criação de mais e melhores empregos,
- Seriam **mais amigas dos reformados** – pois defendemos mais apoio aos lares da 3ª idade e a construção de um hospital de retaguarda para servir o concelho,
- Seriam **mais amigas dos alunos**, pois para além da oferta escolar que existe, defendemos também uma escola profissional para ensinar os nossos jovens que não querem ou não podem ir para as universidades e politécnicos e a atribuição de bolsas de estudos camarárias para os residentes que desejam prosseguir no ensino superior,

- *Seriam mais amigas dos jovens universitários, recém-formados e inovadores do concelho, pois defendemos instalações para eles darem azo à sua imaginação, iniciarem as suas atividades profissionais criativas, criarem starts-ups inovadoras, e trabalharem antes de criarem as suas próprias empresas, como estão a fazer algumas autarquias aqui bem perto,*

- *Seriam mais amigas dos sabugalenses no apoio à organização de visitas a empresas de sucesso de outras regiões, mas aqui replicáveis, seja na indústria, no comércio, na agricultura, florestas e criação de gado,*

- *Seriam mais amigas dos restaurantes e comércio em geral pois defendemos mais e melhores vias para os visitantes, designadamente, os espanhóis - que tanto gostam do nosso bacalhau, cabrito ou javali -, nos visitarem, e ajudarem a manter os nossos postos de trabalho e os proprietários a pagarem mais impostos,*

- *Seriam mais amigas dos nossos doentes pois defendemos o arranque urgente da renovação das estradas, nomeadamente da Covilhã-Guarda e da utilização dos 5 milhões de euros em tempos atribuídos pelo recém eleito secretário-Geral do PS, Pedro Nuno Santos, ... que muito ajudariam a facilitar as deslocações aos hospitais mais próximos da Guarda, Covilhã e Castelo Branco,*

- *Seriam mais amigas de melhor gestão para as termas do Cró, porque, como estão, são um sorvedouro de dinheiro público e camarário e não atraem o nº de utentes que entendemos que podem ser atraídos pelas boas condições oferecidas;*

E para nos ficarmos por aqui... referiremos apenas mais uma razão...

- *Seriam mais amigas da boa utilização dos nossos recursos e belezas naturais como por exemplo, das águas da barragem do Côa cujo aproveitamento para fins lúdicos é urgente...*

Em suma, e agora para terminar, pelo que se deixa referido se depreende que, à semelhança do sentido de voto dos vereadores do PS, e como seria expectável, estes documentos não poderão contar com o voto favorável dos elementos desta assembleia eleitos nas listas do Partido Socialista... se ficarão pela abstenção.

Pel'O Grupo do PS na Assembleia Municipal do Sabugal

José R. Pires Manso, 2023-12-21”

Anexo 8

Intervenção do Sr. José Escada

“O Orçamento aqui apresentado comporta dois orçamentos, de dois órgãos independentes. Um orçamento é mínimo em relação ao outro. Contudo o facto de ser mínimo não implica que seja menos importante, fundamentalmente pelo compromisso de mais-valia em prol do Sabugal que pode assumir. O maior seguiu um processo de elaboração e aprovação antes de aqui ser apresentado. O mínimo tem subjacente um processo de elaboração unipessoal e impositivo (do presidente da Mesa), consequentemente, é minimalista.

Em relação ao maior não posso deixar de enaltecer o esforço que o sr. Presidente da Câmara fez para cumprir a Lei, para respeitar aos titulares do direito de oposição. O CDS – PP recebeu o documento com 3 dias de antecedência à sua apreciação pelo executivo camarário. Mas a Lei exige mais do que isso ... a lei refere -se a audição da oposição em fase de elaboração da proposta.

Como os dois orçamentos são autónomos não se adicionam nem se subtraem, antes se complementam. Em relação ao orçamento da AMS votamos contra. Em relação ao da Câmara optamos pela abstenção. Considerando a agregação dos dois optamos pela abstenção.

Sr. Presidente, devo dizer que ficamos satisfeitos com os investimentos previstos para a eficiência energética.

Só lamentamos que não tenham sido iniciados em 2017, na sequência das conclusões da 1ª Enertech que foi exatamente concebida, por mim, para esse fim, aproveitando a receita extraordinária de quase 2 milhões de euros proporcionada pelas eólicas. Eu sei que o presidente de então não era Vítor Proença, mas antes um engenheiro do PSD que preferia a inação. E nesse aspeto até consideramos que, com a atual presidência, o Sabugal ganhou.

Sr. presidente, afaste-se da estratégia do seu antecessor. Os investimentos, principalmente no Sabugal, não devem esperar por janelas de oportunidade de candidatura a fundos, tanto mais que o Município tem capacidade financeira.

Ao contrário, perante uma oportunidade de investimento (seja económico; seja social, seja ambiental) as perguntas a colocar são: justifica-se? o pay-back é razoável? o VAL é positivo? Se sim vamos em frente.

Se este raciocínio tivesse sido feito para a eficiência energética o Sabugal teria investido, em eficiência energética, os 2 milhões anuais das eólicas, durante os últimos 6 anos.

Se a Câmara assim tivesse atuado estaria hoje a abraçar candidaturas aos fundos com projetos mais reprodutores para o tecido económico do Sabugal, de maior valor acrescentado, ou seja, projectos de 2ª e 3ª geração, nomeadamente na digitalização.”


Anexo 8

Declaração de voto do Sr. Presidente de Junta do Soito, Tiago Nabais


“Apesar de ser inteiramente a favor da abertura do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2º grau – Divisão Financeira do Município do Sabugal, que na minha opinião só peca por tardia, voto contra neste ponto pelo seguinte motivo:

Não sou contra as despesas de representação inerentes ao cargo, mas sim quanto à proposta do júri.

Discordo com a nomeação do 2.º Vogal Efetivo por não lhe reconhecer mérito profissional no que respeita à área aqui em questão – Financeira.”

O Presidente da Assembleia, 
MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2024.03.07
16:20:17 Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, 
Vânia Martins Filipe